



Comissão de Pregão III

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2022

Processo Licitatório nº: 33.923/2021

Processo de Recurso nº: 12.326/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de empresa especializada para o FORNECIMENTO DE NUTRIÇÃO e ALIMENTAÇÃO destinadas a pacientes, acompanhantes e funcionários do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, pelo período de 12 (doze) meses.

RECORRENTE: KITCHEN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA

RECORRIDA: PREGOEIRA

Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa, **KITCHEN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA**, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 1024/2019, subsidiados pela Lei nº 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pela **PREGOEIRA** da Comissão de Pregão III, no Edital Pregão Eletrônico nº 047/2022.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 350 de 17 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 22 de fevereiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão III

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 047/2022 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 10:00 horas do dia 25 de abril de 2022, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 350 de 17/02/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 33.923/2021, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00047/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: Registro de Preços para o AQUISIÇÃO DE NUTRIÇÃO e ALIMENTAÇÃO destinadas a pacientes, acompanhantes e funcionários do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, de acordo com a demanda da unidade, pelo período de 12 (doze) meses. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Às 18:31:24 do dia 02/05/2022 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 22.1 do Edital nº 047/2022;



Comissão de Pregão III

Foram registradas duas intenções de recurso, as quais foram aceitas pela pregoeira, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

A empresa **KITCHEN COMERCIO E INDUSTRIA LTDA**, apresentou o recurso para o Item 01 em 06/05/2022.

A empresa **ALIMINAS ALIMENTACAO INDUSTRIAL LTDA**, apresentou o recurso para o Item 01 em 06/05/2022.

Em 11/05/2022, a licitante **ALIMINAS ALIMENTACAO INDUSTRIAL LTDA** apresentou Contrarrazões, para o mesmo Item;

III. **DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE**

Alega a **RECORRENTE**, em síntese, que:

“A empresa All Bussinness Serviços de Coleta e Tratamento de Resíduos Ltda, em seus documentos de Habilitação faz uma completa miscelânea, utilizando ao seu bel prazer documentações tanto da Matriz quanto da Filial. É certo que a Lei não proíbe que qualquer empresa participe de licitação utilizando a Matriz ou a Filial, mas o TCU em julgado já sedimentado proíbe que se utilize vez a documentação da Matriz e vez a documentação da Filial, especialmente para questões fiscais, pois apesar de comporem a mesma pessoa jurídica, o direito tributário confere tratamento específico aos diferentes estabelecimentos empresariais, considerando cada um deles um domicílio tributário”.

“No caso agora guerreado, a empresa declarada habilitada, claramente apontou que participaria do certame com a documentação de sua filial, vide o cartão de CNPJ (DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL) cujo o endereço é o da Filial de Nova Friburgo, bem como o Alvará Sanitário emitido também para a Filial, porém outros documentos fiscais, tais quais



Comissão de Pregão III

As Certidões de Dívidas Estaduais e Municipal, que foram emitidas pelo Estado de São Paulo e pela cidade de Itapura respectivamente, fato que, como reconhece a jurisprudência é proibido, RESTANDO OBRIGATÓRIA A INABILITAÇÃO DA EMPRESA”.

A recorrente alega ainda que:

“Isto porque ao verificar o teor de tal certidão, identificou-se que a mesma não apresenta o rol das filiais da Recorrente em flagrante violação do art. 6º da RESOLUÇÃO Nº 702, DE 15 DE SETEMBRO DE 2021, DO CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS (CFN): Art. 6º A pessoa jurídica que tiver atividade profissional em Unidade da Federação (UF) que não a da matriz ou em jurisdição de outro CRN deverá registrar as filiais e outras representações no CRN da jurisdição onde estiverem instaladas”.

“De forma pragmática, denota-se sem qualquer margem para dúvida que a Recorrida não atendeu integralmente as exigências contidas no Instrumento Convocatório, e mesmo assim foi considerada habilitada, URGINDO A NECESSIDADE DE REFORMA DE TAL DECISUM PARA INABILITÁ-LA. Uma vez inválida a certidão, inválidos também são os atestados de capacidade técnica apresentados, vez que os mesmos somente são válidos com a apresentação de CRQ válida”.

A recorrente alega também:

“Outra questão que deve ser abordada, e de maneira muito grave, é que duas empresas participantes do certame, All Bussinness e Eagle, apresentam no seu rol de documentos de habilitação, especificamente, no CRQ, a mesma responsável técnica, Sr.ª Sueli Cristina Polidoro e com uma grande AGRAVANTE, ao verificar o contrato de prestação de serviço apresentado pela empresa Eagle, participante deste certame, pode se observar que quem assina como testemunha é o Sr. EMERSON JUSTINO DE SOUZA, que é nada mais, nada menos do que SÓCIO UNIPESSOAL DA EMPRESA DECLARADA HABILITADA!!!!”.

IV. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE



Comissão de Pregão III

Requer a **RECORRENTE**:

“Assim, além das diversas medidas legais cabíveis, impõe-se o que foi dito na consulta ao site especializado licitação.com.br, qual seja a JUSTIFICADA EXCLUSÃO DE AMBAS DO PROCESSO LICITATÓRIO!!!”.

“Ante todo o exposto, requer-se o RECEBIMENTO do presente recurso e seu regular processamento, requerendo seu INTEGRAL PROVIMENTO, com o acolhimento das assertivas aqui colocadas, para a modificação da r. decisão recorrida, INABILITANDO AS EMPRESAS ALL BUSSINESS SERVIÇOS DE COLETA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA, ALIMINAS ALIMENTAÇÃO INDUSTRIAL LTDA, B7 EMPREENDIMENTOS LTDA e EAGLE BUSINESS – PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, conforme fundamentação acima, retomando o certame em deslinde. Não sendo este o entendimento de V. Sa., requer-se o encaminhamento para a autoridade superior, para que análise a presente defesa em última instância”.

V. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

A empresa recorrida não apresentou contrarrazões.

VI. DA ANÁLISE

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade



Comissão de Pregão III

administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”

Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa **KITCHEN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA**

Inicialmente cumpre destacar que, esta pregoeira diligenciou a Procuradoria Geral do Município, tendo em vista tratar-se de questões jurídicas, na forma que dispõe o item 28.5 do edital, diante das alegações trazidas.

Após análise das alegações da recorrente, a Procuradoria Geral resumidamente opinou:

“...portanto, salvo melhor juízo, a recorrida não cumpriu com a exigência do item 21.3 do edital, devendo ser Inabilitada por este motivo.”

VII. DA DECISÃO DA PREGOEIRA



Comissão de Pregão III

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiada pelo parecer jurídico exarado pela Procuradoria Geral Municipal (documento em anexo), e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **KITCHEN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 047/2022, e no mérito, **DOU PROVIMENTO**, pela revisão do julgamento anteriormente proferido e Inabilitação da empresa **ALL BUSSINESS SERVIÇOS DE COLETA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA**, no Pregão em comento.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 20 de maio de 2022.

Eliza Souza Machado
Pregoeira – Comissão de Pregão III
Matrícula: 106.380